

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos principais:

- a) Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina;
- b) Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- c) Fixar e arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- d) Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- e) Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional através de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- f) Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- g) A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- h) Captar, envasar e distribuir água potável e/ou mineral para sua comercialização no varejo e no atacado;
- i) Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica, e
- j) Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares.

Desde 2002 a Companhia se depara com o término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que vinte e nove municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia opera serviços de água e esgoto em 199 municípios e 04 distritos (198 municípios e 04 distritos em 31 de dezembro de 2010) no Estado de Santa Catarina e 01 no Estado do Paraná. Na quase totalidade desses municípios atua mediante contrato de concessão, a maioria destes com prazo de 30 anos de duração.

Em 18 de julho de 2007 a CASAN e a Prefeitura Municipal de Florianópolis celebraram um convênio de cooperação para gestão associada em saneamento básico, aprovado pela Câmara de Vereadores de Florianópolis em 25 de outubro de 2007, que tem como objeto o compartilhamento da titularidade para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário no município de Florianópolis. O presente convênio possui prazo de vigência de 20 anos e atribui à CASAN:

- k) Operar, manter e conservar o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, garantindo ao município suprimento adequado, eficiência, continuidade e permanência do serviço;
- l) Arrecadar, definir e revisar valores tarifários, pertinentes ao objetivo do referido convênio de cooperação, de acordo com a legislação vigente;
- m) Repassar, mensalmente, ao Fundo Municipal de Saneamento os seguintes percentuais da arrecadação bruta mensal da Companhia no município: 5%, 4%, 3%, 2% e 1% durante os anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

## **2 BASE DE PREPARAÇÃO**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2012.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, ajustadas à inflação durante o período de hiperinflacionário, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- b.1. os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- b.2. os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- b.3. o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 12 - Ativo fiscal diferido.

Nota 14 - Permanente.

Nota 19 - Provisão para contingências.

### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

b.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

. Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Municipalizados, conforme nota explicativa nº12.

b.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

b.3. Capital Social

- Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

- Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (impairment), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são baixados diretamente no resultado.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

Ativos financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto à qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

#### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a CGU ou grupo de CGUs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### h. Benefícios a empregados

##### Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

##### Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI - Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.



Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

#### j. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão recolhidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

k. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

l. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

n. Impostos sobre receitas

Os impostos sobre as receitas são reconhecidas para PASEP e COFINS, utilizando o regime de competência sobre as diferenças resultantes da base de cálculo de faturamento para entidades governamentais, que são tributáveis quando as faturas são liquidadas.

o. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

q. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado.

r. Demonstração dos valores adicionados

A companhia elaborou a demonstração dos valores adicionados (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas.

s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período de três meses encerrado em 31 de setembro de 2011, sendo essas:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters.
- Improvements to IFRS 2010.
- IFRS 9 Financial Instruments
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14)
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas informações trimestrais.

#### 4 GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a eles. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

## Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- a. Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentadas ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- b. Aplicações financeiras - são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- c. Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;
- d. Contas a Receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- e. Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
- f. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.
- g. Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira - coerentes com a política financeira da Companhia, e estão contabilizados pelos seus valores de mercado.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 são como segue:

	31 de dezembro		31 de dezembro		Ativos(Passivos)	
	de 2011	de 2011	de 2010	de 2010	31 de dezembro	31 de dezembro
	de 2011	de 2011	de 2010	de 2010	de 2009	de 2009
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	9.161	9.161	11.563	11.563	10.532	10.532
Títulos e Valores Mobiliários	63.184	63.184	18.388	18.388	14.409	14.409
Contas a Receber (líquido PDD)	113.227	113.227	99.869	99.869	92.677	92.677
Empréstimos e Financiamentos	(302.529)	(302.529)	(275.100)	(275.100)	(217.454)	(217.454)

em moeda nacional						
Empréstimos e Financiamentos						
em moeda estrangeira	(45.836)	(45.836)	(4.562)	(4.562)	(6.022)	(6.022)

**Fatores de Risco:**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado
- risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações trimestrais.

**Risco de crédito:**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da base de clientes da Companhia, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

**Risco de liquidez:**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

**Risco de mercado:**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia está sujeita ao risco de moeda em empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais da mesma, o Real (R\$). As moedas na quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€).

**Risco Operacional:**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Numa situação extrema, poderia haver risco de escassez de água. Se existir poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, apesar do racionamento de água existir, não é previsto para os próximos anos um novo programa de racionamento que venha impactar nas receitas da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

## **5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia faz teste de impairment em ativos de vida longa útil, principalmente para o ativo Imobilizado, que incluem os bens tangíveis do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar e calcular o impairment quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do impairment dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas significativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Não foi necessário constituir provisão para impairment em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, civis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.



## d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido (receita) para aposentadoria incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são baseadas em parte de acordo com as condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os plano de previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

## 6 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Dez/2011 Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	497.603	96.455	594.058
Deduções da receita bruta	(45.987)	(8.916)	(54.903)
	451.616	87.539	539.155
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados			
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(148.187)
Lucro bruto			390.968
Depreciação e amortização			(38.155)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(273.485)
Outras receitas operacionais líquidas			(40.675)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			38.653

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 EM MILHARES DE REAIS

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Dez/2010 Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	462.185	76.459	538.644
Deduções da receita bruta	(42.566)	(7.042)	(49.608)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	419.619	69.417	489.036
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(125.714)
Lucro bruto			363.322
Depreciação e amortização			(39.010)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(274.641)
Outras despesas operacionais líquidas			(61.951)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos			(12.280)

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010 Reclassificado	01 de janeiro de 2010 Reclassificado
Imobilizado	28.437	27.937	30.562
Obras em Andamento: água e esgoto	161.044	258.562	277.235
Ativo Intangível	1.552.481	1.426.910	1.378.019
Outros	7.273	7.755	4.820
Ativos dos segmentos reportados	1.749.235	1.721.164	1.690.636
Total do ativo circulante	270.960	178.040	166.361
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes, líquido	6.770	7.335	7.411
Ativo Financeiro	96.152	343.777	336.632
Depósitos judiciais	88.532	65.114	49.905
Investimentos	304	304	304
Ativo fiscal diferido	76.558	77.434	39.637
Ativo total, conforme balanço patrimonial	2.288.511	2.393.168	2.290.886

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 EM MILHARES DE REAIS

Receita Operacional por Superintendência: Água

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Metropolitana	188.927	176.319
Sul/Serra	93.428	91.508
Oeste	115.752	102.241
Norte/Vale	<u>99.496</u>	<u>92.117</u>
Total	<u><u>497.603</u></u>	<u><u>462.185</u></u>

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Metropolitana	73.621	66.500
Sul/Serra	12.024	2.428
Oeste	10.752	7.474
Norte/Vale	<u>58</u>	<u>57</u>
Total	<u><u>96.455</u></u>	<u><u>76.459</u></u>

Receita Operacional por Município: Água

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Florianópolis	119.968	110.858
Chapecó	26.572	20.927
Criciúma	38.322	35.081
Rio do Sul	15.567	12.085
São José	44.409	40.001
Outros	<u>252.765</u>	<u>243.233</u>
Total	<u><u>497.603</u></u>	<u><u>462.185</u></u>

Receita Operacional por Município: Esgoto

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Florianópolis	61.157	55.791
Chapecó	9.578	6.505
Criciúma	9.134	-
São José	11.124	9.534
Outros	<u>5.462</u>	<u>4.629</u>
Total	<u><u>96.455</u></u>	<u><u>76.459</u></u>

Resumo dos custo e despesas

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Despesas		
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	183.407	161.061
Vendas	32.019	26.702
Gerais e Administrativas	<u>244.401</u>	<u>251.602</u>
Total	<u><u>459.827</u></u>	<u><u>439.365</u></u>

Resumo das receitas

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas		
Água	497.603	462.185
Esgoto	<u>96.455</u>	<u>76.459</u>
Total	<u><u>594.058</u></u>	<u><u>538.644</u></u>

Informações sobre os produtos e serviços:

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

**7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Bens Numerários	206	882	2.331
Bancos conta movimento	327	2.576	123
Bancos conta arrecadação	8.305	8.013	7.457
Bancos conta vinculada	323	92	621
	<u>9.161</u>	<u>11.563</u>	<u>10.532</u>

**8 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$63.184 (R\$18.388 em 31 de dezembro de 2010, R\$14.409 em 31 de dezembro de 2009), refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI - Certificado de Depósitos Interbancário, em Instituições Financeiras renomadas.

**9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Circulante			
Consumidores finais	78.341	68.985	69.382
Entidades públicas	28.568	24.665	28.054
Consumo a faturar	25.801	23.586	20.027
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	<u>(27.888)</u>	<u>(27.476)</u>	<u>(35.091)</u>
Total Circulante	<u>104.822</u>	<u>89.760</u>	<u>82.372</u>
Não circulante			
Consumidores finais	5.442	5.481	6.110
Entidades públicas	1.329	1.854	1.301
Créditos reconhecidos como perdas	79.584	69.966	62.661
(-) Perdas reconhecidas	<u>(79.584)</u>	<u>(69.966)</u>	<u>(62.661)</u>
Total Não circulante	<u>6.771</u>	<u>7.335</u>	<u>7.411</u>
	<u>111.593</u>	<u>97.095</u>	<u>89.783</u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 EM MILHARES DE REAIS

A seguir apresenta-se o contas a receber em 31 de dezembro de 2011, segregado pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	< 90 dias	>90 dias e < 180 dias	>180 dias e < 720 dias	< 720 dias	Total
Comercial	10.476	2.619	663	2.648	8.525	24.931
Industrial	1.813	311	92	175	2.944	5.335
Pública	4.676	2.599	1.506	15.312	32.575	56.668
Residencial	45.128	12.955	2.954	9.753	34.985	105.775
Consumo a faturar	25.801	-	-	-	-	25.801
	<u>87.894</u>	<u>18.484</u>	<u>5.215</u>	<u>27.888</u>	<u>79.029</u>	<u>218.510</u>
PCLD				(27.888)	(79.029)	(106.917)
	<u>87.894</u>	<u>18.484</u>	<u>5.215</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>111.593</u>

O Conselho de Administração no uso de suas atribuições estatutárias instituiu revisão tarifária conforme resolução nº003 de 28 de março de 2011 da AGESAN - Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina e deliberação nº 001 de 15 de março de 2011 da ARIS- Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, referente aos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, nas categorias contempladas na estrutura (residencial, comercial, industrial, pública e especial), com reajuste de 5,41% de forma linear em todas as faixas, sobre os consumos a partir de 1º de maio de 2011.

## 10 ESTOQUES

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Materiais em almoxarifado	26.233	19.814	16.923
Materiais em poder de terceiros	54	54	54
Outros	774	743	695
	<u>27.061</u>	<u>20.611</u>	<u>17.672</u>

## 11 OUTROS

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Adiantamentos a fornecedores	3.756	3.365	3.802
Convênios com prefeituras	17.441	13.295	20.583

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 EM MILHARES DE REAIS

Adiantamentos a empregados	1.723	372	368
Cauções	645	645	645
Pagamentos reembolsáveis	1.060	1.183	1.103
Impostos a recuperar	29.842	12.862	9.221
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	7.585	-	-
Outros créditos	838	1.232	1.010
	<u>62.890</u>	<u>32.954</u>	<u>36.732</u>

Os Convênios com Prefeituras referem-se, substancialmente, a recursos repassados aos municípios, por meio de convênio de parcerização para a manutenção e preservação de mananciais, repavimentação, gestão dos serviços públicos de abastecimento de água, de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Estes repasses são realizados a medida que esses municípios prestam contas a CASAN, sendo que, caso esses recursos não sejam utilizados são devolvidos a Companhia mediante depósito em conta corrente.

## 12 ATIVO FINANCEIRO

Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável à Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que romperam os mesmos, provocando ações judiciais pela CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para conta de Ativo Financeiro (Não Circulante) conforme previsto nos CPC's 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

<u>Ativos municipalizados</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>12,5% a.a.</u>	<u>Nº anos</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Ativo financeiro</u>
Balneário Camboriú	24.540	3.068	6	18.405	6.135
Balneário Gaivota	1.106	138	1	138	967
Camboriú	4.957	620	6	3.718	1.239
Campo Erê	654	82	1	82	573
Canelina	1.138	142	2	284	853
Capivari de Baixo	137	17	1	17	120
Corupá	852	107	2	213	639
Fraiburgo	2.211	276	6	1.658	553
Guaramirim	7.758	970	5	4.849	2.909
Içara	11.880	1.485	6	8.910	2.970
Itajaí	18.011	2.251	6	13.508	4.503
Itapema	4.092	512	6	3.069	1.023

## COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 EM MILHARES DE REAIS

Itapoá	2.507	313	5	1.567	940
Joinville	127.001	15.875	6	95.251	31.750
Lages	84.817	10.602	6	63.613	21.204
Massaranduba	859	107	1	107	751
Meleiro	386	48	3	145	241
Navegantes	7.756	969	6	5.817	1.939
Palhoça	12.591	1.574	5	7.870	4.722
Papanduva	916	114	6	687	229
Porto Belo	4.695	587	1	587	4.109
Presidente Getúlio	1.492	186	2	373	1.119
São João Batista	1.921	240	6	1.441	480
Schroeder	1.380	173	5	862	518
Sombrio	3.478	435	5	2.173	1.304
Timbó	4.342	543	6	3.256	1.085
Três Barras	771	97	1	96	675
Tubarão	10.405	1.301	6	7805	2602
Total	342.653	42.832		246.501	96.152

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias, pelos investimentos feitos, contra esses municípios. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Saldos em 31 de dezembro de 2011
Tubarão	17.000
Balneário Gaivotas	2.420
Campo Alegre	1.722
Canelinha	4.094
Capivari de Baixo	955
Corupá	3.982
Fraiburgo	2.200
Guaramirim	6.535
Itapoá	3.463
Massaranduba	2.486
Meleiro	571



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 EM MILHARES DE REAIS

Palhoça	10.000
Presidente Getúlio	4.536
Porto Belo	19.852
João Batista	1.900
Camboriú	7.000
Navegantes	6.000
Içara	15.000
Balneário Camboriú	40.000
Schroeder	2.000
Sombrio	2.594
Barra Velha	6.000
Itajaí	30.000
Joinville	135.000
Papanduva	800
Três Barras	2.281
Timbó	5.000
Itapema	4.000
Lages	110.000
	<hr/>
	447.391
	<hr/>

A CASAN está procedendo levantamento dos ativos no município de Ilhota para posterior ingresso na justiça pleiteando as respectivas indenizações.

Destacamos que a ação contra o município de Balneário Camboriú foi favorável a CASAN e que aquela municipalidade optou pela indenização. Antes do encerramento do processo judicial, a CASAN e o Município de Balneário Camboriú entabularam termo de transação, que foi submetido à homologação judicial, não sendo homologado pelo Poder Judiciário, em que pese ter havido Lei Municipal autorizando a avença.

Não concordando com o teor da decisão exarada, tanto o Município de Balneário Camboriú como a CASAN interpuseram recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sem data prevista.

**13 ATIVO FISCAL DIFERIDO**

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

	Base de			31 de	31 de	31 de
	Cálculo	IRPJ	CSLL	dezembro	dezembro	dezembro
Natureza dos ativos:				de 2011	de 2010	de 2009
				Total	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.888	6.972	2.510	9.482	9.342	11.931
Programa de demissão incentivada	73.071	18.268	6.576	24.844	23.040	15.081
Provisão para contingências fiscais	128	32	12	44	44	0
Provisão para contingências cíveis	13.634	3.409	1.227	4.636	41.506	6.739
Provisão para contingências trabalhistas	110.450	27.612	9.940	37.552	3.502	5.886
	<u>225.171</u>	<u>56.293</u>	<u>20.265</u>	<u>76.558</u>	<u>77.434</u>	<u>39.637</u>
Classificação do ativo diferido:						
Realizável a longo prazo				<u>76.558</u>	<u>77.434</u>	<u>39.637</u>

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 2011 e 2010 são as seguintes:

	Provisão para	Obrigações	Provisão	
Imposto de renda diferido ativo	contingências	previdenciárias	p/devedores	Total
			duvidosos	
Em 01 de janeiro de 2010	12.625	15.081	11.931	39.637
Creditado à demonstração do resultado	<u>32.427</u>	<u>7.959</u>	<u>(2.589)</u>	<u>37.797</u>
Em 31 de dezembro de 2010	45.052	23.040	9.342	77.434
Creditado à demonstração do resultado	<u>(2.820)</u>	<u>1.804</u>	<u>140</u>	<u>(876)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>42.232</u>	<u>24.844</u>	<u>9.482</u>	<u>76.558</u>

**14 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

Até 31 de dezembro de 2010, o ativo imobilizado da Cia estava representado pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, em valor líquido equivalente a R\$ 997,1 milhões.

Em 2011 a Cia procedeu por determinação da CVM através do Ofício de Alerta /CVM/SEP/GEA-5/nº039/11, datado de 13 de outubro de 2011, a segregação dos ativos operacionais em intangível e financeiro.

Referidos ajustes atendem a Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei 11.445/07) que trata das Concessões dos Serviços de Abastecimento de Água e Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário. Além disso, mencionado registro atende também o CPC-04 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, bem como a Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC 05- “Contratos e Concessões”, todos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 2011 a Companhia aplicou conforme determinação do OCPC 05, o *impairment* e custo de reposição dos ativos operacionais transferidos tendo como suporte Laudo emitido pela Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos -FEPESE.

**a) Ativo Imobilizado antes dos ajustes**

	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009		
	Depreciação			Depreciação			Depreciação		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Terrenos	37.133	-	37.133	35.065		35.065	35.347		35.347
Construção Civil	846.812	36.597	810.215	1.040.885	(358.766)	682.119	953.284	(328.440)	624.844
Equipamentos	57.543	4.010	53.533	77.221	(26.854)	50.367	73.598	(25.441)	48.157
Equipamentos de transporte	10.991	464	10.527	16.785	(5.810)	10.975	16.860	(5.946)	10.914
Móveis, utensílios e equipamentos	5.223	224	4.999	7.171	(2.482)	4.689	6.652	(2.299)	4.353
Obras em andamento	168.317	-	168.317	266.318	-	266.318	282.055	-	282.055
Outros	282	8	274	624	(344)	280	998	(344)	654
	<u>1.126.301</u>	<u>41.303</u>	<u>1.084.998</u>	<u>1.444.069</u>	<u>(394.256)</u>	<u>1.049.813</u>	<u>1.368.794</u>	<u>(362.470)</u>	<u>1.006.324</u>

A movimentação do imobilizado após o ajuste é a seguinte:

01 de

Baixas,

31 de

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 EM MILHARES DE REAIS

	janeiro de 2010	Adições	transferências e alienações	Depreciação	dezembro de 2010
Terrenos	360.343	396	(678)	-	360.061
Construção Civil e redes de água e esgoto	955.058	87.762	(161)	(42.121)	1.000.538
Máquinas e equipamentos	92.527	5.560		(4.119)	93.968
Obras em andamento	282.055	-	(15.737)	-	266.318
Outros	654	-	(344)	(30)	280
	<u>1.690.637</u>	<u>93.718</u>	<u>(16.920)</u>	<u>(46.270)</u>	<u>1.721.165</u>

Segue abaixo demonstrativo da movimentação do Imobilizado após o Ajuste de Avaliação Patrimonial:

	31 de dezembro de 2010	Adições	Transferências Baixas e , alienações	Depreciação e Amortização	31 de dezembro de 2011
Terrenos	360.061	2.106	(38)	-	362.129
Construção Civil e redes de água e esgoto	1.000.538	164.693	-	(52.902)	1.112.329
Máquinas e equipamentos	93.968	7.760	(568)	(1.879)	99.281
Obras em andamento	266.318	-	(98.001)	-	168.317
Outros	280	594	6.312	(8)	7.178
	<u>1.721.165</u>	<u>175.153</u>	<u>(92.295)</u>	<u>(54.789)</u>	<u>1.749.234</u>

Obras em andamento

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em Andamento	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Água			
Produção	21.114	20.165	18.328
Distribuição	13.672	33.624	34.122
Estudos e Projetos em Elaboração	10.834	7.413	5.058
Outros	-	-	5.993
	<u>45.620</u>	<u>61.202</u>	<u>63.501</u>
Esgoto			
Coleta, tratamento e lançamento final	96.771	180.627	199.379
Estudos e Projetos em Elaboração	18.320	16.710	13.389
Outros	333	23	2.458
	<u>115.424</u>	<u>197.360</u>	<u>215.226</u>

Estoques de obras e outros	7.273	7.756	3.328
	168.317	266.318	282.055

Em 1996, a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011, a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação:

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Saldo da reavaliação	815.628	180.324	183.790
Tributos sobre a reavaliação	(222.217)	(61.310)	(62.586)
Saldo da reserva de reavaliação	593.411	119.014	121.204

#### b) Ativo Intangível após a segregação

Apresenta a seguinte composição:

			31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Caçador	15.232	3.330	11.902	10.935	10.602
Concórdia	21.056	6.229	14.827	13.601	12.974
Chapecó	178.139	21.464	156.675	143.489	137.981
Criciúma	213.519	25.821	187.698	169.643	161.625
Curitibanos	17.025	5.746	11.279	10.449	10.232
Florianópolis	807.063	213.506	593.557	548.357	534.608
Gravatal	15.314	5.641	9.673	9.041	8.919
Imbituba	34.252	7.474	26.778	24.579	23.697
Laguna	16.699	3.844	12.855	11.814	11.453
Rio do Sul	16.647	5.711	10.936	10.217	9.834
Santo Amaro da Imperatriz	16.913	4.360	12.553	11.553	11.235
São Joaquim	59.525	3.967	55.558	50.652	48.812
São José	99.755	31.309	68.446	63.131	61.324
São Miguel do Oeste	22.582	5.810	16.772	15.330	14.789
Siderópolis	85.011	14.890	70.121	64.289	62.157
Outros	400.674	107.823	292.851	269.829	257.777
	2.019.406	466.925	1.552.481	1.426.909	1.378.019

Depreciação

As taxas de depreciação anual são as seguintes:

<u>Imobilizado</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Construção Civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

**15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	<u>Passivo Circulante</u>			<u>Passivo não Circulante</u>			<u>Encargos</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>anuais ponderados</u>
<u>Operações no exterior:</u>							
International Finance Corporation - IFC	8.456	-	-	33.191	-	-	IPCA a.a fixo 6,60%+ tx juros a.a 3,50%
Kreditanstalt Wiederaufbau KFW	859	781	884	3.330	3.781	5.138	4,5%+ var.cambial
	9.315	781	884	36.521	3.781	5.138	
<u>Operações no país:</u>							
Caixa Econômica Federal - CEF	11.588	14.557	13.923	40.937	49.380	61.132	9,87% + TR
Prosper	87.500	-	-	72.761	140.202	71.605	IPCA 12%a.a.
	99.088	14.557	15.126	113.698	189.582	202.328	
	<u>108.403</u>	<u>15.338</u>	<u>16.010</u>	<u>150.219</u>	<u>193.363</u>	<u>207.466</u>	

a) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, Kreditanstalt Wiederaufbau - KFW, foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, 1 Euro equivale a R\$ 2.4342 em 31 de dezembro de 2011(R\$2,2130 em 31 de dezembro de 2010).

b) Em 31 de dezembro de 2011 não existem contratos de empréstimos sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2010).

c) Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e tem seus vencimentos em até 2023;

d) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos dos empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano:	Dez/11	Dez/10
Em 2012	-	43.362
Após 2012	150.219	137.960
	<u>150.219</u>	<u>181.322</u>

#### Banco Kreditanstalt Wiederaufbau - KFW

A Companhia firmou em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW), no valor de DM 10.000, com juros de 4,5% ao ano a serem pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho a dezembro, com vencimento final em dezembro de 2016.

#### International Finance Corporation - IFC

Em 07 de outubro de 2010, a Companhia firmou contrato de abertura de crédito com o banco Internacional Finance Corporation - IFC, para o projeto de Gestão Comercial no valor de R\$ 40.000 milhões, desembolsado em 08 de agosto de 2011, com taxas de juros de 3,5% a.a. + 6,6% a.a. (IPCA atualizado anualmente) tendo um total de 81 meses, com período de carência de 21 meses.

O Pagamento da dívida será trimestralmente, iniciando em 15 de julho de 2012.

#### Caixa Econômica Federal

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CEF referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos:	Vencimentos finais	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
1990	2012 a 2020	1.700	2.318
1991	2009 a 2020	15.661	19.417
1994	2019	418	477
1996	2009 a 2016	15.252	18.551
1997	2014	2.059	2.455
1998	2009 a 2015	17.435	20.749
		<u>52.525</u>	<u>63.937</u>

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 26 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos, pelas receitas tarifárias da Companhia.

#### BNDES

Em julho de 2008, a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$ 150.475, sendo liberado até 30 de setembro de 2010 o valor de R\$ 89.789, o qual será amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2012 e a última em 15 de julho de 2023 com juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia a Companhia obriga-se a ceder fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e ao recebimento de eventual indenização, que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em agosto de 2010, realizou-se operação de crédito para assunção de obrigações assumidas pela Companhia junto ao referido banco, com a interveniência do Estado de Santa Catarina. Assim, quando da liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, a Companhia ressarcirá o Estado de Santa Catarina de todos os valores relativos a assunção das obrigações, conforme nota explicativa 21.

#### Banco Prosper

Em julho de 2009, a Companhia firmou contrato com o Banco PROSPER, com prazo de carência de 2 anos e prazo total de 7 anos e tendo custo efetivo o IPCA + 12% ao ano.

Como garantia foi fornecida cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de saneamento realizadas pelo emitente, arrecadados pelo Banco do Brasil.

#### Operações Financeiras contratadas para desembolsos futuros

##### JICA - Japan International Cooperation Agency

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 31 de março de 2010 a contratação de empréstimos com o Banco JICA - Japan International Cooperation Agency, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento será no total de R\$ 383.594, sendo R\$273.055 do Banco JICA e R\$ 110.539 como contrapartida da CASAN.

##### CEF - Caixa Econômica Federal

Em 24 de março de 2010 foi aprovado pelo Conselho de Administração a contratação de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 25.843, com carência de 31 meses para pagamento em 24 meses, remunerado à taxa de 6% (seis por cento) ao ano. O objeto do referido contrato é custear os investimentos da Companhia no desenvolvimento da rede de esgoto sanitário para o município de Laguna.



**16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS**

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
<u>Circulante:</u>			
Provisão para férias com encargos	14.781	12.556	11.117
INSS	3.095	2.704	2.346
FGTS	1.027	900	793
Indenizações Trabalhistas	-	4.377	4.175
Plano de saúde e previdência	1.252	1.070	1.658
Vale alimentação	3.669	1.484	1.403
Outros	2.751	2.289	1.784
	26.575	25.380	23.276
<u>Não circulante:</u>			
Indenizações Trabalhistas	-	-	4.972
		-	4.972
	<u>26.575</u>	<u>25.380</u>	<u>28.248</u>

**17 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
<u>Circulante:</u>			
. REFIS	8.155	3.049	5.119
. COFINS	1.601	1.442	5.946
. PIS/PASEP	253	217	1.186
. Imposto de renda - retenções	27	77	49
. Imposto de renda sobre lucro real	2.229	202	-
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	44	240	158
. Contribuição social sobre lucro real	823	78	-
. Outros	576	584	1.376
Total circulante	<u>13.708</u>	<u>5.889</u>	<u>13.834</u>

Não circulante:

. REFIS	71.689	40.421	41.146
. Imposto de renda e Contribuição Social(Parcelamento)	4.315	-	-
Total não circulante	<u>71.689</u>	<u>40.421</u>	<u>41.146</u>

Em 18 de abril de 2000, a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, através do qual lhes foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria da Receita Federal - SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. O débito está sendo pago em parcelas mensais e sucessivas, equivalentes a 1,2% da receita bruta mensal, corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, as quais estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. Como garantia a este parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>	<u>Amortização com créditos fiscais</u>
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
	<u>45.922</u>	<u>35.727</u>	<u>81.649</u>	<u>18.444</u>

Em 27 de maio de 2009, foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009, a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
	<u>47.244</u>	<u>32.789</u>	<u>80.033</u>

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

	<u>Circulante</u>			<u>Não circulante</u>		
	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>
Saldo anterior	3.049	5.119	5.526	40.421	41.147	44.397
Transferências	6.015	3.791	4.117	(6.015)	(3.791)	(4.116)
Consolidação	5.888	(3.065)	-	33.472	3.065	-
Atualizações (TJLP)	-	-	121	3.811	-	866
Amortizações	(6.797)	(2.796)	(4.645)	-	-	-
	<u>8.155</u>	<u>3.049</u>	<u>5.119</u>	<u>71.689</u>	<u>40.421</u>	<u>41.147</u>

## 18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$ 222.217 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 61.310 em 31 de dezembro de 2010), conforme mencionado na nota explicativa nº14a.

**19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	3 de dezembro de 2009
Provisão para contingências fiscais	128	128	-
Provisão para contingências cíveis	110.450	122.076	19.822
Provisão para contingências trabalhistas	13.635	10.302	17.309
	124.213	132.506	37.131
Depósitos judiciais	(88.532)	(65.114)	(49.905)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	35.681	67.392	(12.774)

**a) Contingências cíveis**

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina, ação de processo civil referente a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, relativas ao período de maio de 1994 a maio de 1997. Este processo ainda não possui sentença judicial, todavia, trata-se de pleito que encontra respaldo contratual e jurídico, daí a necessidade de provisionamento do valor de R\$110.450 em 31 de dezembro de 2011(122.076 em 31 de dezembro de 2010).

**b) Contingências fiscais**

Refere-se a ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$ 128 em 31 de dezembro de 2011(idem em 31 de dezembro de 2010).

**c) Contingências trabalhistas**

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e despedidas sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$ 13.635 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 10.302 em 31 de dezembro de 2010) em face de eventuais perdas nesses processos.

## 20 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### a) Benefícios previdenciários

#### Plano CASANPREV

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui contabilizado a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar - CASANPREV o montante de R\$75.187 (R\$ 69.955 em 31 de dezembro de 2010), conforme cálculo atuarial efetuado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN, e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O Plano de Custeio destina-se ao custeio do Plano de Benefícios e das Despesas Administrativas. O Plano de Benefícios será custeado pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuição da patrocinadora:

Contribuição normal de risco: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;

- Contribuição dos participantes:

Contribuição normal básica: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6% (quatro vírgula seis por cento), aplicadas sobre o Salário de Contribuição, conforme item 4.3 abaixo.

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

#### Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV

A taxa de rendimento esperada de longo prazo dos ativos do plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada de longo prazo inclui a taxa projetada de inflação de longo prazo e leva em consideração fatores como as curvas projetadas de taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

#### Extinção do PAD e constituição do CASANPREV

Os empregados da CASAN, por meio da Fundação Casan - FUCAS, possuíam um Plano de Auxílio Desemprego - PAD onde a contribuição de custeio era no percentual de 3,409 sobre a folha de pagamento bruta, com encargos sociais, pagos mensalmente pela CASAN por força de acordo trabalhista (ACT 1993/1994).

Por orientação do TCE/SC e da própria CPI da ALESC, cessaram-se tais repasses, por entender que o PAD é um plano complementar de aposentadoria, o que, por força da Constituição Federal, exige a contribuição paritária do beneficiário e do instituidor, o que não havia na hipótese.

O TCE/SC apontou irregularidade do PAD ao entender que, com a promulgação das Leis Complementares 108 e 109 em 2001, que por sua vez revogaram a Lei Federal nº 6.435/77, novamente perdeu a FUCAS de se adaptar a legalidade, insistindo no modelo assistencial, permanecendo, destarte, juridicamente de forma irregular, conforme bem demonstrado pelo Parecer COG-3350/2004 do Tribunal de Contas do Estado.

Mais adiante, o TCE/SC, através do parecer acima citado, exarado em 27 de outubro de 2004, registra que ficam as sociedades de economia mista do Estado de Santa Catarina proibidas de efetuar repasses de recursos de qualquer natureza a associações de empregados ou entidades similares que não sejam entidades fechadas de previdência complementar.

Em face das irregularidades da FUCAS e do PAD, as entidades fiscalizadoras da CASAN passaram a determinar a sustação dos respectivos repasses porque ilegais.

A Empresa, cumprindo seu poder/dever de rever seus atos, suspendeu os repasses ao citado programa no percentual (inicial) dos reflexos de 4% sobre a folha de pagamento para custeio do PAD, em atendimento às determinações do Tribunal de Contas de Santa Catarina e da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (após a CPI da CASAN), e em estrita observância aos princípios da administração pública.

A matéria foi levada ao conhecimento da Justiça Estadual em ação proposta pela FUCAS contra a CASAN, para que esta mantivesse os repasses suspensos, cuja decisão reconheceu a impossibilidade jurídica do pedido.

Sendo assim, tendo em vista a ilegalidade de todos os atos praticados na instituição do PAD, não há como prosperar em face da sua evidente nulidade.

Outro ponto que merece importante destaque é o endividamento da CASAN para com a FUCAS. De acordo com o relatório da CPI, a CASAN pegou dinheiro emprestado dela mesma, pois os valores que lhe foram emprestados pela FUCAS eram provenientes do PAD.

Ou seja, pelo entendimento da CPI, a CASAN pegou emprestado da FUCAS o dinheiro que teoricamente teria que repassar, ou repassou, para o fundo por ela administrado, no percentual de 4% da folha salarial da Companhia.

Essa tese não foi confirmada em juízo.

Observando a decisão judicial nº 023.05.045877-1, exarada em 31 de julho de 2006 pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que qualificou a ilegalidade da FUCAS em gerir o PAD, o Conselho de Administração da CASAN, reunido no dia 29 de janeiro de 2007, deliberou sobre a criação da CASANPREV, entidade fechada de previdência complementar, que terá como finalidade a complementação previdenciária aos empregados ativos da Companhia.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuirá com parcelas mensais limitadas a 4,6% sobre as remunerações fixas da folha de pagamento bruta, com paridade de contribuição por parte dos empregados optantes. A entidade manterá, a princípio, as regras definidas no extinto Programa de Auxílio Desemprego - PAD, por meio de um plano de benefício definido - BD.

Assim, em 31 de dezembro de 2006, a Administração considerando a exigência legal do novo plano de previdência ter contribuição paritária, reverteu para o resultado do exercício o montante de R\$ 15.183, reconhecidos na rubrica de outras receitas operacionais, referente aos valores provisionados a título de contribuição exclusivamente patronal para o PAD relativo ao período de 2003 a 2006. Bem como reclassificou para o passivo não circulante o déficit atuarial do PAD no valor de R\$ 62.018 e o montante de R\$ 43.574 referente ao empréstimo junto a FUCAS, que serão utilizados em reversões e ajustes que se fizerem necessários em exercícios futuros, como também nos ajustes dos prazos dos planos de demissão incentivada, com vistas a adequar os períodos de concessão dos benefícios e as carências exigidas pela Lei.

Em 03 de abril de 2007 a Companhia contratou a empresa DATA-A com objetivo de efetuar o levantamento atuarial junto aos empregados, promovendo as proposições para formulação dos regulamentos dos planos de benefício, visando seu registro junto a Secretaria de Previdência Complementar.

Em 26 de abril de 2007, foi assinado pela CASAN e todos os Sindicatos representativos Termo de Acordo Coletivo de Trabalho, registrado na DRT sob processo nº 2426/0799, cujo objeto destaca-se: “Considerando a impossibilidade da FUCAS - Fundação CASAN continuar administrando o programa PAD e a necessidade dos seus instituidores ora acordantes adequarem o plano a legislação da previdência complementar vigente, tem por objeto o presente termo o ajuste da transferência de todo o ativo e passivo (conforme registros no balanço da FUCAS), vinculado ao PAD e sob administração da FUCAS (instituído pela cláusula 21ª do Acordo Coletivo de Trabalho 1993/1994), para a CASANPREV, fundo de previdência complementar fechada instituída pela CASAN em 29/01/2007, em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001”.

Em 01 de setembro de 2007, foi expedido um mandado de penhora e intimação (auto nº 023.05.002648-0), relativo ao processo de execução judicial em prol da FUCAS, o valor indicado pela justiça é de R\$ 87.040, e no balanço da Companhia é de R\$ 43.574, apesar das ações de contestação promovidas pela CASAN, a Diretoria Executiva resolveu assumir uma postura conservadora e acatar a orientação da CVM determinando que o valor corrigido equitativamente ao valor indicado pela demanda judicial. Desta forma, em 31 de dezembro de 2007 foi registrado na rubrica “Plano Previdenciário e Assistencial” no passivo Exigível a Longo Prazo o valor de R\$ 43.465 relativo à atualização acima citada.

Em 18 de dezembro de 2007, a Diretoria Executiva da CASAN em ato homologado pelo Conselho de Administração, decidiu pela revogação da Resolução nº 700 de 30 de setembro de 1997, provocando reversão de R\$ 62.019 registrado no passivo não circulante. Esta decisão foi tomada considerando que o valor do déficit atuarial do plano de previdência (R\$ 69.644), levantado pela empresa DATA-A, está contemplado no atual valor provisionado na rubrica “Plano Previdenciário e Assistencial” (R\$ 87.040).

Em 13 de novembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou a estruturação financeira do plano de previdência privada a ser gerenciado pela CASANPREV e para Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, para promoção dos devidos registros.

No dia 19 de março de 2008, o Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, aprovou o Estatuto e autorizou o funcionamento da Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, como Entidade Fechada de Previdência Complementar (publicado no Diário Oficial da União - seção 1, do dia 20 de março de 2008).

Ficou estabelecido o prazo de 180 dias para o início efetivo das atividades, contatos a partir da data de publicação desta Portaria, sob pena de cancelamento da autorização concedida.

A Diretoria Colegiada da CASAN reunida na data de 31 de março de 2008, com base na decisão do Conselho de Administração da Companhia, considerando a autorização da Secretaria de Previdência Complementar - SPC do MPS de forma a efetivar o funcionamento da Entidade, aprovou a constituição, bem como, indicou nessa oportunidade os representantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como a Diretoria Executiva da CASANPREV.

#### Situação processual das principais ações relacionadas ao PAD nas quais litigam CASAN e FUCAS:

##### 1. Execução nº 023.05.002648-0 (Embargos nº 023.05.031122-3)

Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial, movida contra a CASAN, requerendo o pagamento do empréstimo de valores concedido pela FUCAS. O TJSC determinou a penhora de R\$ 1 Milhão mensais dos cofres da empresa.

Em apelação, a CASAN reforçou todos os argumentos já levantados em sede de embargos, assinalando, em preliminar, a nulidade da sentença por cerceamento de defesa decorrente do indevido julgamento antecipado da lide. Requereu, ao final, o acolhimento da preliminar de nulidade por cerceamento de defesa, com o retorno dos autos à origem para a produção da prova requerida, bem como, no mérito, na hipótese de não acolhimento da preliminar, a reforma da sentença para o fim de serem julgados procedentes os pedidos dos embargos, declarando-se extinta a execução em razão da sua flagrante nulidade.



A 3ª Câmara de Direito Civil do TJSC, negou provimento à apelação interposta pela CASAN e deu provimento à apelação da FUCAS para majorar a verba anteriormente arbitrada. Desse julgamento, a CASAN opôs embargos de declaração com efeitos infringentes, que foram rejeitados. Houve a interposição, pelas duas partes, de Recurso Especial. Para atribuir efeito suspensivo ao Recurso Especial, a CASAN ingressou com medida cautelar incidental. Por decisão do Terceiro Vice-Presidente do TJSC, em 10.08.2011, foi deferido em parte a medida cautelar, atribuindo efeito suspensivo ao Recurso Especial interposto, suspendendo a execução até o julgamento do referido Recurso Especial pelo STJ. Em contrapartida, a FUCAS ingressou com a Medida Cautelar junto ao STJ, que foi conhecida para deferir o pedido da Fundação e sustar o efeito suspensivo concedido ao Recurso Especial interposto pela CASAN. A CASAN interpôs Agravo Regimental nos autos da Medida Cautelar interposta pela FUCAS, em trâmite no STJ, atacando a decisão que deferiu o pedido da Fundação. O STJ não proveu o Agravo Regimental. Dessa decisão, a CASAN ingressou com Embargos Declaratórios com efeitos modificativos, e, junto à 6ª Vara Cível de Florianópolis (Juízo de execução), com Exceção/Objecção de Pré e/ou Executividade com pedido de liminar. No TJSC, da decisão que não admitiu na origem o Recurso Especial, a CASAN interpôs Agravo.

Até o momento de encerramento do presente demonstrativo, a execução encontra-se suspensa por petição conjunta firmada pelas partes, em consideração às tratativas atuais tendentes à entabulação de um acordo, fato que serviu como acréscimo justificante para que o advogado da Companhia responsável pela demanda mantivesse o mesmo provisionamento valorativo ocorrido em 2010.

Além desta demanda nevrálgica dentro do relacionamento CASAN e FUCAS, outras que completam o cenário litigioso entre as partes merecem destaque:

1.1. Ação Declaratória nº 023.05.045877-1

Essa ação visa a cobrança dos valores não repassados pela CASAN ao fundo que constituía o Plano de Auxílio Desemprego - PAD. O TJSC julgou improcedente o pedido da FUCAS, porquanto o Plano fora constituído com recursos oriundo exclusivamente da Companhia, não havendo a contribuição paritária, exigida pela Constituição Federal para validade do plano. Foram admitidos os Recursos Especiais e Extraordinários manejados pela FUCAS, que estão aguardando julgamento.

1.2. Ação Civil Pública nº 023.07.092618-5

Tem por objetivo alterar/adequar o Estatuto da Fundação e os seus órgãos diretivos. A CASAN não concorda com o mérito da Ação, porquanto entende ser legal a finalidade de assistência a um grupo determinado de empregados, e como não é possível a mudança de finalidade da fundação, então o caso seria de extinção da FUCAS, com o retorno dos valores à CASAN. O Juízo de primeiro grau concluiu que é incabível a modificação da finalidade da FUCAS, e acolheu o argumento de sua extinção. Encontra-se no TJSC para análise e julgamento pela 3ª Câmara de Direito Público.

1.3. Ação Ordinária nº 023.08.077422-1

É a ação que visa a transferência do fundo que constituía o Plano de Auxílio Desemprego - PAD. Ação ingressada pela CASAN, com o fito de romper o “convênio de adesão” firmado entre as partes em 12 de janeiro de 1994 e transferir o fundo com todos os recursos financeiros vinculados ao plano para a CASAN ou para a CASANPREV.

Sustenta-se que é possível a ruptura do convênio firmado com a FUCAS, pois criado para beneficiar os empregados da Companhia e apenas administrado pela fundação. Enfatiza que recentemente foi

criada entidade com finalidade previdenciária - CASANPREV, a qual necessita de aporte da CASAN para cobertura do tempo de vida passado.

A medida liminar de antecipação de tutela, requerida pela CASAN, foi indeferida no Juízo de origem, o que motivou o ingresso de Agravo de Instrumento (2009.002823-2). Por maioria, a 3ª Câmara Cível do TJSC, desproveu tal recurso, mantendo a decisão de não concessão da antecipação dos efeitos da tutela. O processo, em primeiro grau, continua em fase de instrução.

b) Plano de demissão voluntária incentivada - PDVI

Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
<u>Circulante:</u>			
PDVI com indenização única	1.306	1.730	1.928
PDVI com indenização mensal	22.427	18.260	11.088
	23.733	19.990	13.016
<u>Não circulante:</u>			
PDVI com indenização mensal	50.644	49.505	33.269
	50.644	49.505	33.269
	<u>74.377</u>	<u>69.495</u>	<u>46.284</u>

Em 2011, foi reconhecido no resultado do exercício, a título de despesas com o PDVI, o montante de R\$ 31.546(R\$ 44.595 em 2010).

O programa de demissão incentivada é composto por dois subprogramas nos termos e condições a seguir:

a) Subprograma de demissão incentivada com indenização mensal:

Para os empregados com idade entre 50 a 58 anos incompletos na data da adesão, com mais de 5 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia compromete-se de pagar mensalmente, até o empregado completar 58 anos de idade, a título indenizatório, o valor correspondente a 65% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Bem como, a parcela recolhida mensalmente pelo empregado como contribuinte facultativo ao INSS.

## b) Subprograma de demissão incentivada com indenização única:

Para os empregados com qualquer idade e com mais de 2 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do seu contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia paga a título indenizatório o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Ainda a título indenizatório, paga a importância correspondente ao equivalente a 50% do saldo de depósitos do FGTS para fins rescisórios. Tais quantias são pagas em 6 parcelas mensais.

Sobre o programa

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Inscritos	813	813	675
Processo em tramitação	1	6	9
Rescisões para datas futuras	66	116	41
Demissões com PDVI	525	477	410
Demissões sem PDVI	57	45	38
Indeferimento de pedidos	55	55	59
Desistência do empregado	114	114	118
Número de empregados	2.176	2.059	2.092
Público alvo PDVI (= < 50 anos)	633 29%	574 28%	547 26%

## c) Participação nos lucros e resultados

No Acordo Coletivo 2010/2011 foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de participação dos empregados é o equivalente a 5% nos lucros da Companhia.

**21 PARTES RELACIONADAS**

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e com mais dois de seus acionistas, sendo esses a CELESC e a CODESC.

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, a seus acionistas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, como segue:

Conta a receber de clientes

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
<u>Circulante:</u>			
CELESC	30	1	34
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.706	2.670	2.859
CODESC	106	103	-
Total de contas a receber dos acionistas	<u>3.842</u>	<u>2.774</u>	<u>2.893</u>

Contas a pagar a fornecedores

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
<u>Circulante :</u>			
CELESC	3.859	3.890	2.946
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	<u>7.223</u>	<u>7.254</u>	<u>6.310</u>

Empréstimos a pagar a acionista

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
<u>Circulante:</u>			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (a)	9.372	1.400	-
<u>Não circulante:</u>			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (a)	80.371	69.561	-
Total empréstimos a pagar para acionistas	<u>89.743</u>	<u>70.961</u>	<u>-</u>

Resultado das operações

	2011	2010	2009
Receita bruta de serviços prestados	14.766	15.958	17.264
Custos e despesas	48.768	42.332	38.047
Juros de empréstimo com acionista	1.718	1.400	-

a. Empréstimos a pagar para acionista

Em julho de 2008, a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$ 150.475, sendo liberado até 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$ 88.025, o qual será amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2012 e a última em 15 de julho de 2023 com juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Em 4 de agosto de 2010, a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção de obrigações assumidas pela CASAN, junto ao BNDES em 4 de julho de 2008, no valor de R\$ 150.476. Tal operação foi efetuada com a interveniência do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2011, os montantes de R\$9.372 e R\$80.371, contabilizados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante, respectivamente, anteriormente devidos ao BNDES, foram mantidos no mesmo grupo de contas, pois mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se a dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

A partir da data da liquidação de cada parcela de amortização do principal, dos juros e dos encargos decorrentes da operação, a CASAN ressarcirá o Estado de Santa Catarina de todos os valores relativos à assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Devido à interveniência do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto aquela Instituição, e dessa forma, visa a obtenção de novas linhas de crédito, já em negociação, para o financiamento de novas obras de saneamento em outros municípios de Santa Catarina.

Remuneração de Pessoal Chave da AdministraçãoTaxas de Administração

Em Assembléia Geral Extraordinária em 29 de dezembro de 2006, ficou estabelecido a equiparação da remuneração dos administradores da Sociedade ao maior salário praticado na Companhia, considerados salário fixo e triênio, correspondendo nesta data a R\$ 13.931,29; fixando também, os honorários dos conselheiros de administração e fiscais no percentual de 20% da remuneração dos administradores, correspondendo nesta data a R\$ 2.786,26, estendendo aos diretores, comissionados e servidores cedidos à Companhia os mesmos benefícios sociais e vantagens atribuídas aos demais empregados do quadro efetivo.

O diretor presidente da Sociedade perceberá além da remuneração fixa, mais 20% a título de verba de representação.

A remuneração do procurador adjunto de contencioso e procurador adjunto consultivo corresponderá a 80% da remuneração dos diretores executivos.

Benefícios: pago apenas aos executivos - vale refeição, assistência médica, descanso semanal remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias.

A remuneração paga pela Companhia aos membros de seu conselho de administração, fiscal e executivos foi de R\$1.442 e R\$2.015 para os exercícios de 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente. Uma quantia adicional de R\$137, referente a outros benefícios, foi apropriada no período de janeiro a dezembro de 2011 (R\$260 em 2010).

As remunerações recebidas pelos administradores da Companhia, por serviços prestados nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 totalizaram R\$ 1.083 e R\$1.677, respectivamente.

#### CASANPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV. O passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2011 é de R\$75.187 (R\$69.955 em 31 de dezembro de 2010).

## **22 RECEITA DIFERIDA**

O montante de R\$ 12.025 em 31 de dezembro de 2011 (R\$10.279 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a recursos previstos no Orçamento Geral da União (OGU), destinados a CASAN para o desenvolvimento de obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a serem realizadas nas localidades do Maciço do Morro da Cruz, Campeche, Videira e São Miguel do Oeste.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da entrada em operação das referidas obras, tendo como base de realização, a amortização dos investimentos efetuados e como contrapartida o resultado do exercício.

## **23 PATRIMONIO LIQUIDO**

### **a. Capital Social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2011 está representado por 715.094.432 ações (702.559.220 em 31 de dezembro de 2010), sendo 357.547.216 (351.279.610 em 31 de dezembro de 2010) ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 357.547.216 (351.279.610 em 31 de dezembro de 2010), preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal sendo assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos e dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 EM MILHARES DE REAIS

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

Discriminação do capital subscrito:	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771
SC Parcerias S.A.	64.451.065	64.451.112
Prefeitura Municipal de Lages	-	8.332
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - CELESC	55.358.800	55.357.200
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	-
Pessoas Físicas	8.054	7.801
	<u>357.547.216</u>	<u>357.547.216</u>

b. Dividendos

Cálculo dos dividendos	2011
Lucro Líquido do Exercício	8.782
(-) Reserva Legal (5%)	395
Realização da Reserva de Reavaliação	<u>2.216</u>
Base para Dividendos	9.724
Dividendos Propostos	<u>2.431</u>

c. Reservas de Lucros a Realizar

Esta reserva foi constituída conforme proposta da administração de acordo com o artigo 197 da Legislação Societária, a ser deliberada em AGO.

**24 RECEITA OPERACIONAL**

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão apresentadas abaixo:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Tarifas de água	481.009	445.691	422.967
Tarifas de esgoto	95.440	76.398	71.797
Outras receitas de serviços de água	16.594	16.493	17.372
Outras receitas de serviços de esgoto	1.015	62	167
Total do faturamento	594.058	538.644	512.303
Impostos sobre vendas e outras deduções	(54.903)	(49.608)	(45.977)
Total receita líquida	<u>539.155</u>	<u>489.036</u>	<u>466.326</u>

**25 DESPESAS POR NATUREZA**

	2011	2010	2009
Salários e encargos	213.006	201.126	188.794
Materiais	27.951	25.254	20.245
Serviços de terceiros	112.259	99.122	92.178
Gerais e tributárias	12.396	13.124	10.409
Depreciações e amortizações	47.395	48.756	60.366
Fundos para programas municipais	30.293	33.392	16.772
Recomposição de pavimentação	16.527	18.591	11.599
	<u>459.827</u>	<u>439.365</u>	<u>400.362</u>



**26 DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

	2011	2010	2009
Salários	74.910	64.479	64.866
Custos previdenciários	46.006	32.821	28.295
FGTS	8.166	7.054	7.029
Programa de alimentação	13.301	10.439	8.715
Programa de saúde	9.877	10.442	8.322
Outros benefícios	60.746	75.891	71.567
	<u>213.006</u>	<u>201.126</u>	<u>188.794</u>
Número de empregados	2.176	2.059	2.092

**27 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

A variação verificada no resultado financeiro de 31 de dezembro de 2011, em relação a igual período de 2010 e 2009 é assim apresentada:

	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010	31 de dezembro de 2009
<u>Receitas financeiras:</u>			
Descontos obtidos	51	279	13
Juros ativos	1.602	947	777
Rendimento de aplicações financeiras	6.336	1.600	614
Variações monetárias e cambiais	3.748	1.745	3.318
Outras	-	8	0
	<u>11.737</u>	<u>4.579</u>	<u>4.722</u>
<u>Despesas financeiras:</u>			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(35.550)	(26.064)	(14.329)
Variações monetárias e cambiais	(3.697)	(5.176)	(10.291)
Outras	(1.294)	(336)	(1.123)
	<u>(40.541)</u>	<u>(31.576)</u>	<u>(25.743)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(28.804)</u>	<u>(26.997)</u>	<u>(21.021)</u>

**28 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

Em 31 de dezembro de 2011, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal a disposição de outros órgãos e as despesas operacionais são compostas substancialmente pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente.

Segue composição das outras receitas e despesas operacionais:

	2011	2010	2009
<u>Outras receitas operacionais:</u>			
. Pessoal a disposição	2.403	1.727	1.919
. Indenizações e ressarcimento de despesas	1.721	1.492	764
. Comissão prestação de serviços/convênios	56	42	1.625
. Recuperação de causas trabalhistas	86	86	5.138
. Recuperação de causas cíveis	11.325	8.732	4.258
. Outras	1.190	1.162	131
	16.781	13.241	13.835
<u>Outras despesas operacionais:</u>			
. Baixa de Imobilizado	(34)	(766)	(301)
. Fiscais e tributárias	(50.525)	(128)	-
. Causas cíveis	-	(91.942)	(11.990)
. Causas Trabalhistas	(6.896)	(693)	(3.601)
. Outros	-	(390)	(235)
	(57.455)	(93.919)	(16.127)
	<u>8.907</u>	<u>(37.728)</u>	<u>8.927</u>

**29 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES**

O imposto de renda no Brasil inclui imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido.

As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de renda e contribuição social são 25% e 9%, respectivamente, o que representa uma taxa de 34% para os exercícios de 2011, 2010 e 2009.

Os valores reportados como despesa de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado são conciliados com as alíquotas estatutárias, como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
(Prejuízo) Lucro do exercício antes dos impostos	<u>9.849</u>	<u>(39.277)</u>	<u>34.938</u>
<u>Adições:</u>			
Provisão para contingências	(8.303)	66.846	14.096
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	412	-	9.284
Realização da reserva de reavaliação	3.335	3.389	3.469
Depreciação da correção monetária especial (Lei 8200/91)	1.705	1.756	1.770
Outras	<u>412</u>	<u>12.668</u>	<u>-</u>
Total de adições	(2.439)	84.659	28.619
<u>Exclusões:</u>			
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(7.615)	-
Pagamentos plano de incentivo a aposentadoria	<u>(3.271)</u>	<u>(3.324)</u>	<u>(3.127)</u>
Total de exclusões	(3.271)	(10.939)	(3.127)
Base de cálculo do imposto de renda	4.139	34.443	60.430
IRPJ alíquota de 15%	621	5.166	9.065
IRPJ alíquota de 10% adicional	390	3.420	6.019
Incentivos fiscais	<u>(50)</u>	<u>(413)</u>	<u>(690)</u>
Total IRPJ	961	8.173	14.394
Base de cálculo da contribuição social	4.139	34.443	51.275
Total CSLL (alíquota de 9%)	<u>372</u>	<u>3.100</u>	<u>4.615</u>
Total IRPJ e CSLL sobre o lucro líquido	<u><u>1.333</u></u>	<u><u>11.273</u></u>	<u><u>19.009</u></u>

### 30 SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui seguros contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com coberturas no montante de R\$6.513.

### 31 EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 05 de março de 2012 está previsto assinatura de contrato de empréstimo junto a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 375.507 para obras no sistema de água e esgoto na grande Florianópolis, Concórdia, Rio do Sul e Criciúma. O total do investimento será da ordem de R\$ 401.717, sendo que R\$ 26.210 será com recursos próprios.
- b) A Companhia receberá do Orçamento Geral da União - OGU, o equivalente a R\$ 48.710 para obras do PAC 1.
- c) Será liberado para Companhia pelo Governo do Estado de Santa Catarina a título de créditos para futuro aumento de capital, o valor de R\$ 7.585 para investimentos em obras na Barragem do Rio do Salto.
- d) Em reunião entre as Diretorias da CASAN e CASANPREV, ficou acordado a redução de 7% para 2% da taxa de carregamento sobre o déficit atuarial, a ser considerado a partir de 01 de janeiro de 2012 até a plena quitação do referido déficit.